



ATIVIDADE PRÁTICA

CASO 5

Notícia veiculada no portal G1, em 02/06/2015

(<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/06/deslizamento-de-terra-ameaca-casas-e-deixa-familia-sem-moradia-no-ac.html>)

Deslizamento de terra ameaça casas e deixa família sem moradia no AC

Três casas foram interditadas pelo Corpo de Bombeiros de Cruzeiro do Sul. Família diz não ter para onde ir após desbarrancamento.

Três casas do bairro da Várzea, localizado às margens do Rio Juruá, em Cruzeiro do Sul, foram interditadas após um deslizamento de terra comprometer as moradias que pertencem a mesma família. A estrutura das casas foi comprometida pelo desbarrancamento. Sem ter para onde ir, a família se instalou na casa de parentes, que também está localizada na área de risco. Uma das moradoras é Nazaré Nascimento da Silva, de 47 anos. Ela conta que foi a primeira vez que o desmoronamento atingiu as casas e sua família não tem para onde ir. “Não está sendo fácil. A gente queria que o poder público fizesse alguma coisa pela gente, porque estamos agora sem moradia. A minha mãe passou mal quando viu as casas caindo”, conta.

A irmã de Nazaré, Francisca Nascimento Silva, 55, também está com sua casa comprometida. Ela conta que passa a maior parte do tempo fora porque trabalha fazendo farinha. Segundo ela, os dias de chuva são os mais preocupantes.

“A gente tem que batalhar pela vida, tem que trabalhar. Nos dias de chuva, não consigo dormir, fico com medo de acontecer alguma coisa. A preocupação é muito grande por todos que moram aqui. Minha mãe é idosa e doente, quando vem para a cidade fica aqui nessa casinha. E agora não terá mais onde ficar”, preocupa-se.

O Corpo de Bombeiros da cidade esteve no local e interditou os imóveis. Segundo o coronel Marcelo Araújo, um relatório vai ser feito para que sejam tomadas providências em relação à moradia para as famílias.

“Essas três residências de madeira foram totalmente danificadas. Não tem como eles ficarem nesse local. Cabe ao poder público municipal tomar uma providência. Vamos emitir um laudo para que os moradores solicitem esse apoio para não ficar no meio da rua”, esclarece.

A assistência social do município diz que não tem nenhum programa de habitação para situações como essa. Sandra Soriano, assistente social, explica que o procedimento se dará através de um relatório que será enviado para a Secretaria de Habitação no Acre (Sehab).

“Quando tem esse tipo de situação, as famílias procuram a assistência social e nesse momento a gente envia um técnico para fazer um estudo. Mediante a isso, é feito um relatório e enviado para a Sehab porque hoje o município não tem nenhum programa de habitação. De imediato, não pode ser feito muita coisa”, finaliza.

ATIVIDADE:

Trata-se de caso hipotético.

Diante da destruição das casas da família em razão do deslizamento de terra, conforme a notícia veiculada, a Sra. Nazaré Nascimento da Silva, representando os interesses dos integrantes da sua família atingidos pelo desastre, buscou pleitear administrativamente uma moradia provisória ou o benefício do aluguel social para os atingidos. Diante das sucessivas negativas por parte da Assistência Social do Município e da Secretaria de Habitação do Acre, a Sra. Nazaré Nascimento da Silva, representando os demais membros de sua família afetados, procura a Defensoria Pública do Estado para buscar judicialmente a garantia dos seus direitos e os da sua família, os quais encontram-se em situação de vulnerabilidade.

Você é o(a) Defensor(a) Público(a) do Estado que atende a Sra. Nazaré Nascimento da Silva. Conforme o caso relatado, redija uma petição com vistas a assegurar os direitos da Sra. Nazaré e dos demais integrantes da família. Ao total são 10 pessoas atingidas:

Núcleo casa 1: Sra. **Nazaré**, o seu marido **D**, filha **A** de 25 anos e seu marido **M** de 30 anos, neta **B** de 2 anos;

Núcleo casa 2: Mulher **F** e marido **G**, filho **H** de 10 anos;

Núcleo casa 3: Idosa **L** de 71 anos e idoso **O** de 72 anos.

Lembre-se de que a fundamentação deve basear-se em documentos e argumentos de Direito Internacional, devendo também ser mencionada a relação do Direito Internacional com o ordenamento jurídico pátrio. Lembre-se também de pesquisar sobre *soft law* e seu impacto sobre o direito interno. Sugere-se a consulta a tratados dos quais o Brasil é parte, além de outros instrumentos internacionais firmados pelo Brasil. Recomenda-se, igualmente, a consulta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e documentos com eles conexos:

<http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>;

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>

A petição deve ter entre 5 (cinco) e 15 (quinze) páginas e deve seguir as seguintes regras: papel tamanho A4, margens superior e esquerda de 3cm, margens inferior e direita de 2cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5cm, recuo de 2cm na primeira linha de cada parágrafo. No caso de citações de mais de três linhas, deve-se observar o tamanho 10 da fonte, o recuo de 4 cm da margem esquerda e o espaçamento simples. As notas de rodapé devem ser escritas em fonte 10.

Busque fazer uma descrição sucinta dos fatos na petição, dando ênfase à fundamentação e aos pedidos.